

O marxismo oracular de Robert Kurz

Eleutério F. S. Prado¹

Introdução

Em 1995, Robert Kurz escreveu, na revista *Krisis*, um texto sobre a crise e a depressão econômica – e sobre o eventual colapso do capitalismo –, o qual, desde então, circula intensamente na rede mundial de computadores em alemão e em traduções para o inglês, o espanhol, o português e, possivelmente, para outras línguas. A versão portuguesa recebeu o título de *A ascensão do dinheiro aos céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira mundial* (Kurz, sem data). Nesse texto, o ensaísta alemão pôs a serviço da crítica, uma vez mais, todo o seu estilo oracular que impacta o leitor por se mostrar radical e, ao mesmo tempo, profético. Eis aqui dois trechos significativos:

Se procurarmos pela verdadeira e real produção de mais-valia e a respectiva necessidade de aumentá-la, é forçoso concluir que o coração do capital mundial já parou de bater (Kurz, p. 24-25).

Mas seja como for a desvalorização do dinheiro em seus detalhes, cujos preâmbulos já se deixam entrever em grande parte do mundo como ciclo inflacionário, ela constitui o final da história do modo de produção baseado no dinheiro (Kurz, p. 26).

É evidente, por um lado, que as ideias veiculadas pelo texto são sugestivas e provocadoras. Elas têm o mérito de por em questão as visões continuístas sobre o evoluir histórico do capitalismo, as quais dominam largamente nas análises apresentadas mesmo na esfera da crítica da economia política e da crítica cultural como um todo. Para essas visões, o capitalismo, aconteça o que possa acontecer, ao fim e ao cabo, vai continuar se desenvolvendo indefinidamente em qualquer futuro divisível e, porventura, previsível. Por outro, elas parecem desafiar a prudência já que contém afirmações que se afiguram arriscadas, ou mesmo precipitadas, do ponto de vista da ciência moderna que é inerentemente falibilista e, por isso, não avança hipóteses, explicações e previsões sem manter certo grau de ceticismo sobre as suas próprias formulações teóricas e empíricas. Ademais, os argumentos nos textos de Robert Kurz nunca vêm acompanhados de evidências empíricas que deem suporte às suas afirmações, ainda que se possa supor que as empreguem implicitamente.

Com o objetivo de testar as ideias de Robert Kurz, não sem antes fazer um esforço para resumir de uma forma clara as suas teses sobre a evolução recente e previsível do capitalismo, vai-se procurar verificar se as informações estatísticas disponíveis e que podem ser encontradas na literatura pertinente ao tema vêm corroborá-las ou não. Para tanto, far-se-á uso de estudos empíricos que se voltaram principalmente para a economia norte-americana em que se localiza o coração do capital mundial.

¹ Professor sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br; página na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

A primeira tese de Kurz

A primeira tese central do ensaísta alemão sustenta que o núcleo central do capitalismo contemporâneo sofre de insuficiência dinâmica porque a mais-valia gerada é crescentemente insuficiente para remunerar o volume de capital existente em nível adequado, tornando-se por isso incapaz de sustentar o crescimento do sistema. Para chegar a ela, seguindo autores que não indica expressamente, ele emprega a lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx em combinação com a “lei” do aumento tendencial e crescente do trabalho improdutivo no capitalismo tardio (ou seja, naquele que foi se engendrando após a Crise de 29). O modo capitalista de produção, pelo menos por aquilo que vem ocorrendo em seu núcleo central, segundo ele, entrou em declínio:

Diversamente do passado, a desvalorização atual do capital [nas crises] já não é uma simples interrupção momentânea da ascensão do trabalho abstrato no capitalismo industrial, mas indica um estágio irreversível da cientificização do processo de “metabolismo com a natureza”: por um lado, o rápido declínio na criação de valor no capitalismo industrial, graças à racionalização e à globalização com a microeletrônica; por outro lado, a ampliação igualmente rápida do trabalho improdutivo em termos capitalistas (...): a combinação desses dois processos representa um estágio em que o capitalismo não pode mais obedecer aos seus próprios critérios. A sua contradição lógica ingressou historicamente na maturidade (Kurz, p. 26).

Até que ponto toda essa afirmação pode ser considerada válida? Depois de explicar sucintamente a questão teórica envolvida na combinação das duas leis, empregar-se-á um estudo recente de Paitaridis e Tsoulfidis (2011) sobre o desempenho da economia capitalista norte-americana no pós-guerra para discuti-la e para avaliá-la.

A lei original formulada em *O Capital* – veja-se – afirmava que a razão entre a mais-valia e o capital total (ou seja, a soma do capital constante e do capital variável) tende a cair conforme aumenta a produtividade do trabalho porque, nesse curso de mudança tecnológica, o capital constante tem de aumentar mais do que proporcionalmente em relação ao capital variável. Já a lei reformulada sugere que se deve subtrair da mais-valia realizada, e que entra no numerador dessa razão, o quantum de valor que corresponde aos dispêndios improdutivos (ou seja, os salários e remunerações dos trabalhadores não produtivos, os gastos com atividades de venda, de publicidade, todas as despesas administrativas e os impostos). Mediante essa operação, introduz-se um reforço na tendência de queda da taxa de lucro relevante do ponto de vista da acumulação de capital.

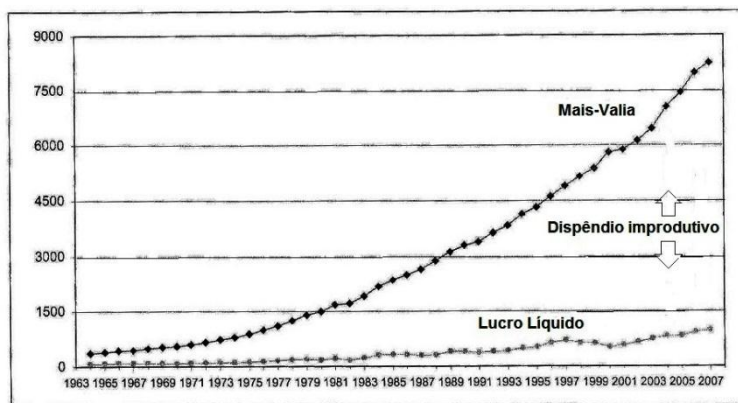
Note-se que, se a composição de valor é definida como $c + v + m$, então a taxa de lucro bruta deve ser escrita como $m/(c + v)$. Mas se essa composição de valor incluir também os gastos improdutivos, então ela fica definida como $c + v + g + ml$, em que c é o capital constante necessário à manutenção das atividades produtivas, v é o gasto com os salários dos trabalhadores produtivos e g é o gasto improdutivo total. O capitalista, em face dessa circunstância, não se apropria mais da mais-valia total, m , mas apenas de parte dela, precisamente de ml que é a mais-valia líquida, já que $ml = m - g$. Então, a taxa de lucro líquida, que é relevante para avaliar a presença de estímulo ao investimento, pode ser escrita como $ml/(c + v + g)$. Como se sabe, foi Gillman quem formulou a ideia inicial de considerar o efeito do trabalho improdutivo na lei da queda tendencial da taxa de lucro (1957), tendo sido Moseley o principal responsável por seu uso sistemático e por sua difusão (1985 e 1997). No curso de seu aperfeiçoamento, um

alentado estudo de Shaikh e Tonak proporcionou um avanço metodológico expressivo (1994). Esses dois autores retrabalharam sistematicamente os dados da contabilidade nacional dos Estados Unidos para adaptá-los às categorias marxistas, chegando a resultados que pareciam fazer sentido diante do conhecimento histórico acumulado.

No artigo acima referido de Paitaridis e Tsoulfidis, feito de acordo com a metodologia de Shaikh e Tonak, encontra-se uma descrição estatística do comportamento do lucro bruto (mais-valia) e do lucro líquido (mais-valia capitalizável) na economia norte-americana entre 1963 e 2007. Nele, as taxas de lucro, por dificuldades técnicas, estão calculadas em relação ao estoque líquido de capital fixo (com exclusão, pois, da depreciação) e não em relação ao fluxo de capital total como em Marx. Ademais, esse estoque encontra-se medido ao custo corrente – e não ao custo histórico como seria mais adequado do ponto de vista da teoria marxiana. Antes de comentá-lo, vale lembrar que, no presente contexto, trabalho produtivo é somente aquele que gera mais-valia na esfera da produção. E que trabalho improdutivo é aquele que consome a riqueza capitalista já produzida na realização das atividades de circulação ou manutenção do capital.

A Figura 1 apresenta os resultados encontrados por esses dois autores; com base nessa evidência, eles concluíram que realmente houve “um crescimento persistente das atividades e dos gastos improdutivos [na economia norte-americana] durante esse período de 43 anos” (2011, p. 7). De acordo com as categorias marxistas, eles incluíram no dispêndio improdutivo os insumos e a depreciação dos setores não produtivos da economia, os salários dos trabalhadores improdutivos, assim como os impostos e royalties pagos pelas atividades produtivas. Os resultados obtidos se mostram bem impressionantes.

Figura 1
Mais-valia, lucro líquido e dispêndio improdutivo.
1963-2007



Fonte: Paitaridis e Tsoulfidis (2011).

É fácil perceber visualmente no gráfico que as atividades improdutivas consumiram em proporção crescente a mais-valia gerada pelas atividades produtivas nessa economia de capitalismo avançado. No final do período, de cada dólar de mais-valia, aproximadamente 90 centavos de dólar eram gastos em atividades improdutivas. O lucro líquido restante, mesmo sendo a menor parte, é aquela porção da mais-valia que pode ser usada para incrementar a capacidade produtiva da economia. Deve-se notar a esse respeito que a economia capitalista visa não apenas valorizar o valor, mas também acumulá-lo no maior volume possível; a sua meta, como se sabe, não é gerar uma massa maior bens e serviços para atender as necessidades das pessoas, ainda que o faça como

subproduto do processo de valorização. A queda da taxa de lucro líquido é um sinal forte de que o capitalismo desenvolvido tem passado nas últimas décadas por dificuldades de monta, não se mantendo vibrante.

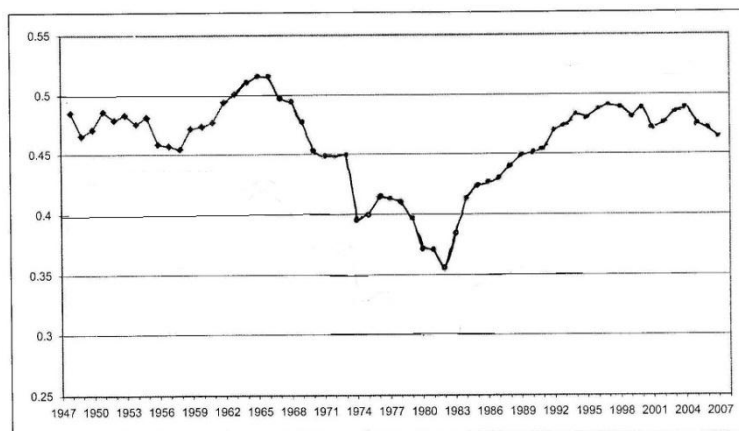
Diante desse resultado, eles escreveram o seguinte:

Uma expansão das atividades improdutivas tal como essa é somente possível se a produtividade cresce a uma taxa suficientemente alta para compensar, mais do que completamente, a elevação [dos custos] das atividades improdutivas. Em outras palavras, a economia deve ser capaz de produzir mais-valia suficiente para sustentar o crescimento das atividades improdutivas, deixando ainda um montante de mais-valia que possa ser investido para dar suporte ao crescimento da capacidade produtiva do sistema (Paitaridis e Tsoulfidis, 2011, p. 7).

Em sequência, por meio de outro gráfico (não incluído nessa nota), eles sugerem que essa condição foi satisfeita porque a produtividade do trabalho cresceu muito mais rapidamente do que o salário real nas atividades produtivas. Entretanto, se durante todo esse período a mais-valia bruta cresceu extraordinariamente, ela foi largamente consumida para sustentar as atividades improdutivas. A evidência mostrada por esses dois autores, porém, não prova que o lucro líquido efetivamente gerado foi realmente suficiente para sustentar a expansão da capacidade produtiva nesse período. É bem possível que essa expansão tenha dependido também de um endividamento crescente dos setores produtivos da economia norte-americana. Pois, como se sabe, é sempre possível consumir e investir no presente não apenas com base nos recursos acumulados no passado, mas também tomando emprestado com base em ganhos futuros meramente possíveis.

Paitaridis e Tsoulfidis geraram ainda outros dois gráficos – aqui reproduzidos por meio da Figura 2 e da Figura 3 –, os quais mostram o comportamento histórico das taxas de lucro bruto e líquido na economia norte-americana, entre 1947 e 2007. Os resultados se mostram muito significativos.

Figura 2
Taxa de lucro bruto na economia norte-americana
1948-2007



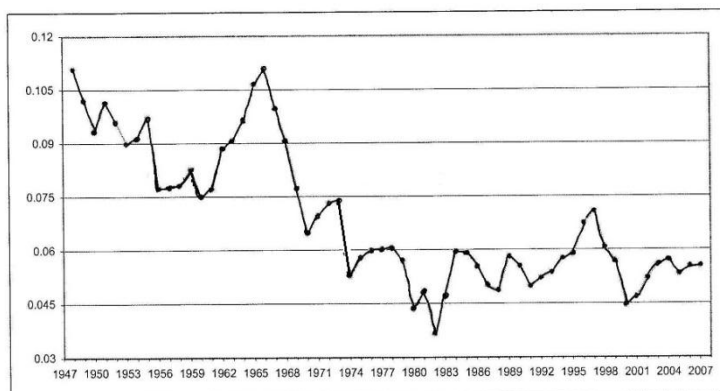
Fonte: Paitaridis e Tsoulfidis (2011).

Em ambos os gráficos, é possível distinguir os vários períodos usualmente mencionados na literatura sobre a temática: o da era dourada de 1947 a 1967; o da

depressão silenciosa de 1968 a 1982; e o da era neoliberal de 1983 a 2007. Já o período daquela que parece ser a primeira depressão do século XXI, iniciado a partir da crise de 2008, não aparece evidentemente no gráfico. Ao compará-los, entretanto, pode-se verificar o efeito do crescimento das atividades improdutivas no comportamento daquela parcela do lucro que é destinada diretamente à acumulação de capital. Se o gráfico da taxa de lucro bruto parece mostrar que há uma quase renovação da época dourada no período neoliberal, o gráfico da taxa de lucro líquido mostra que, nessa quadra de recuperação, o ímpeto da acumulação se encontrava de fato sufocado.

Em outro gráfico aqui não apresentado, esses dois autores mostram que a parcela do trabalho improdutivo no emprego total cresceu continuamente de 1963 até aproximadamente 1990, passando de 43 para cerca de 50 por cento; a partir de então, em virtude dos efeitos da revolução informática e das políticas neoliberais, este valor se estabilizou nesse último patamar. Entretanto, apesar desse sucesso, tais transformações não foram capazes de conter o crescimento da parcela salarial destinada às atividades improdutivas; eis que elas cresceram persistentemente no período, passando de aproximadamente 50 por cento no começo dos anos 1960 para cerca de 70 por cento no final do período considerado (década de 2000). É este último resultado que em grande parte explica as diferenças nos comportamentos das taxas lucro, bruto e líquido, observadas. Note-se que a taxa de lucro líquida sobre o estoque de capital fixo oscila em torno de 5 por cento em todo o período que vai de 1982 a 2008 – o que parece ser um valor muito baixo já que o procedimento de cálculo adotado, por não considerar o investimento em capital circulante no cômputo do estoque de capital, subestima o valor total do capital avançado e, assim, a taxa de lucro calculada.

Figura 3
Taxa de lucro líquido na economia norte-americana
1948-2007



Fonte: Paitaridis e Tsoulfidis (2011).

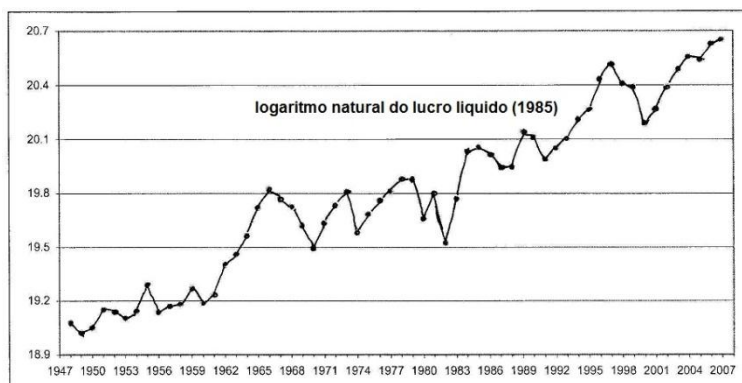
Esses resultados permitem avaliar a primeira tese de Kurz. Antes disso, porém, é preciso fazer algumas distinções. As crises de lucratividade devem ser distinguidas das meras recessões, as quais se caracterizam como quedas temporárias, não duradouras, no processo de realização do capital. Pode-se, portanto, caracterizar as recessões como crises de realização. Já o primeiro conceito designa uma situação em que há uma queda persistente da taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital, sem que as chamadas causas contrariantes sejam suficientes para contrabalançá-las. Ora, como a mera queda da taxa de lucro, mesmo persistente, não estanca necessariamente a acumulação de capital, para contemplar essa possibilidade é preciso recorrer ao conceito de depressão. A depressão é justamente a situação em que isto ocorre, ou seja, o caso

em que o aumento do estoque de capital não é mais capaz de incrementar a massa de lucro. Em complemento, pode-se definir agora colapso como a situação em que a massa de lucro gerada pelo capital acumulado entra em contração por um período prolongado.

Ora, somente nesse último caso tem-se uma situação econômica em que a metáfora grandiloquente de Robert Kurz ganha pleno sentido. Pois, apenas quando há um encolhimento demorado da massa de lucro se pode realmente dizer que o “coração do capital mundial parou de bater”. Ora, os dados de Paitaridis e Tsoulfidis não mostram uma tendência ao colapso em que qualquer subperíodo do período sistematicamente analisado por eles. Eles revelam, porém, que há de fato uma tendência à depressão na economia norte-americana. Pode-se mesmo falar em três depressões na evolução secular dos Estados Unidos a partir da Crise de 1929.

É possível falar da existência da mencionada tendência depressiva mesmo se ela tenha se manifestado de modo entremeado por períodos de expressiva recuperação (mais precisamente, pelos períodos dourado e neoliberal). A Figura 4 abaixo mostra que o crescimento da massa de lucro entra em estagnação apenas durante o período que vai de 1968 a 1982, o qual foi caracterizado, por isso, pelo termo de “depressão silenciosa”. A década dos anos 30 é normalmente considerada como um período de “depressão não silenciosa” – pois nele ribombaram ondas de falência e de desemprego maciço. Mesmo sem apresentar aqui evidência empírica, parece ser bem consensual que a economia norte-americana entrou em nova depressão a partir de 2008.

Figura 4
Lucros líquidos nos Estados Unidos
1948-2007



Fonte: Paitaridis e Tsoulfidis (2011).

Portanto, ainda não se pode afirmar categoricamente que “os processos de desvalorização do capital já não preparam o terreno para uma nova fase de acumulação, como faria crer a teoria de Joseph Schumpeter” (Kurz, p. 26). Ademais, não há dúvida que essa proposição pertence também a própria teoria de Marx: “com a queda da taxa de lucro” – escreveu – “cresce a massa dos capitais e lado a lado com ela transcorre uma desvalorização do capital existente, que retém a queda e dá a acumulação de valor-capital impulso acelerador” (Marx, 1983, p. 188). Logo, a frase de Kurz que se segue tem um ar de mera fraseologia: “a concepção primitiva segundo a qual o capital se queima periodicamente a si mesmo, para depois ressurgir qual Fênix das cinzas, passando assim da eterna destruição à eterna auto-renovação, faz parte do pensamento mitológico, não do pensamento histórico e analítico” (Kurz, p. 27). É evidente, destarte, que a palavra “eterna”, por duas vezes repetidas nessa frase, produz o efeito retórico desejado.

Por outro lado, não se pode contestar que o colapso é uma possibilidade real na economia capitalista, já que esta se orienta por um princípio exponencial de desenvolvimento infinito. E todos os processos que têm essa natureza tendem não ao equilíbrio por meio de um esgotamento tranquilo, mas à turbulência e à catástrofe.

A segunda tese de Kurz

A segunda tese desse autor vem em complemento da primeira acima discutida. Ela sustenta que, diante da insuficiência dinâmica do capitalismo, ou seja, de sua perda de capacidade para gerar mais-valia suficiente para a acumulação de capital, ocorreu uma exacerbação da acumulação de capital na esfera financeira cujo destino inexorável era redundar num estouro, ou seja, num colapso do encilhamento do capital fictício. Ao processo de formação da bolha financeira que de fato vinha se formando desde o começo dos anos 80 do século passado, ele chama de capitalismo de casino. Justamente quando o capitalismo experimentou a recuperação neoliberal, ou seja, a partir de 1983, escrevendo – vale lembrar – em 1995, Kurz anunciou que a grande bolha em formação estava para estourar. E isto, principalmente diante da auto-cegueira dos economistas comprometidos com o sistema, tem o seu mérito. Trata-se, sem dúvidas, de uma demonstração de força do método de análise que emprega.

Há pelo menos uma década, não se faz mais que simular a acumulação capitalista como expedientes monetários, de modo que o capital depende do pulmão de aço dos processos fictícios de criação de valor. (...) Mais cedo ou mais tarde, é lógico que a reprodução capitalista será reconduzida à sua base real, através duma violenta contração das massas de dinheiro sem substância; ou seja, então se verificará que o capitalismo é na verdade um cadáver ambulante. Por outras palavras, a liquidez fictícia, criada sem um fundamento na produção de capital, será desvalorizada duma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde (Kurz, p. 24-25).

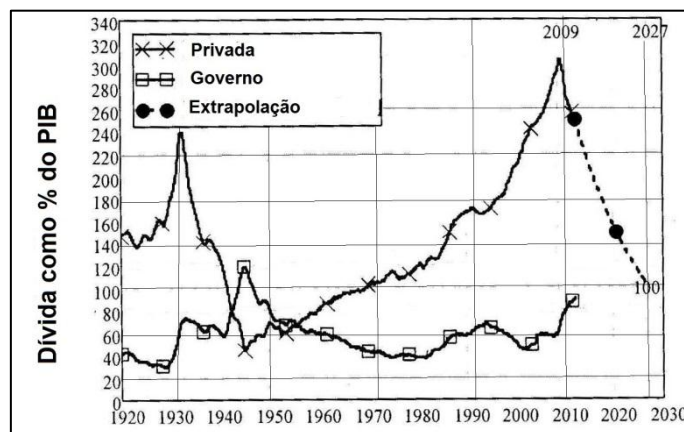
Se ele acertou quanto à vinda de um estouro inevitável da bolha formada nos anos de recuperação neoliberal, o seu discurso parece apressado, pois ela acabou ocorrendo de forma especialmente grave somente em 2008. É certo, no entanto, que outros dois estouros de bolhas a precederam, ainda que de menor dimensão em relação ao que ocorreu depois com o estopim da quebra do sistema de securitização do mercado imobiliário norte-americano, em 2008: a crise da Ásia de 1997 e a bolha .com de 2000. Ademais, ele parece ter errado também sobre a forma mediante a qual o processo de enfrentamento da enorme alavancagem financeira efetivamente viria a ocorrer. Pois, se admite várias possibilidades, em todas elas enxergou um evento bem catastrófico:

Não se podem prever os detalhes operacionais deste processo de desvalorização; se ocorrerá em tempos diferenciados em vários níveis, ou se abarcará todos os níveis ao mesmo tempo; se durará um longo período ou se adoptará a forma dum grande crash de desvalorização global, por assim dizer duma explosão atômica monetária (Kurz, p. 25).

É preciso examinar cuidadosamente toda essa tese. Para tanto, de início, note-se por meio da Figura 5 que, aproximadamente a partir do ano de 1980, ocorre, de fato, um processo de endividamento crescente do setor privado da economia norte-americana. O nível da dívida privada, que era pouco mais do que 100 por cento do PIB em 1980, chegou a cerca de 300 por cento do PIB em 2008 – ou seja, apenas 28 anos depois. O

que indica, sem dúvida, que o crescimento da economia norte-americana nesse período foi sustentado por uma elevação substantiva do crédito e do capital fictício. Configurou-se assim, de fato, nessa quadra histórica após o período dourado, aquilo que Robert Kurz designou bombasticamente como capitalismo de cassino.

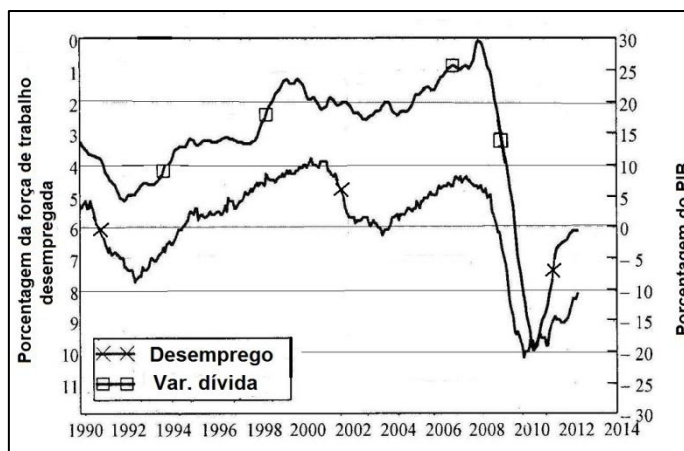
Figura 5
EUA: razão dívidas/PIB



Fonte: blogue “debtdeflation de Steve Keen

Uma explicação sucinta sobre o efeito do endividamento no crescimento econômico foi dada por Steve Keen: “a elevação da dívida privada agregada faz a demanda crescer; a sua queda faz com que ela caia” (Keen, 2012). A Figura 6, abaixo publicada, mostra esse fato com clareza: aí se contrasta a variável $V_t = (S_t - S_{t-1})/PIB$, em que S_t é o estoque da dívida privada no momento “t”, com um indicador usual da porcentagem da força de trabalho desempregada. Nela se observa um fato que a estatística descritiva calcula com precisão: a correlação entre a mudança anual do estoque da dívida privada medido em unidades de PIB e o desemprego vem a ser bem alta (de fato, o coeficiente de correlação calculado iguala a $-0,92$).

Figura 6
EUA: Variação da dívida privada & Desemprego



Fonte: blogue “debtdeflation de Steve Keen

Há, pois, uma enorme convergência entre a variação da dívida privada e a taxa de desemprego (apresentada aí segundo o conceito de desemprego aberto): quando a

variação do endividamento cresce, o desemprego decresce; quando a sua variação decresce, o desemprego cresce. E essa evidência dá suporte à conjectura de Robert Kurz segundo a qual o crescimento econômico no capitalismo contemporâneo – ao contrário do que ocorria no século XIX – é altamente dependente do estímulo creditício.

Para compreender o comportamento temporal convergente dessas duas variáveis, tendo em mente a experiência norte-americana recente de endividamento explosivo, é preciso passar para o plano teórico. Com esse objetivo, note-se que o volume de dinheiro em circulação depende das necessidades do sistema econômico: os empréstimos fornecidos pelo sistema bancário surgem aí para satisfazer as necessidades geradas internamente pelo curso complexo das próprias atividades econômicas. Nesse sentido, o aumento do crédito viabiliza o crescimento da demanda efetiva e, assim também, o crescimento do emprego; porém, o processo também funciona em sentido inverso: se a demanda de crédito decresce em virtude do amortecimento da atividade econômica, isto também se reflete negativamente na demanda efetiva e no emprego. Ainda que a demanda de crédito dependa do próprio evoluir do sistema econômico – essa demanda, assim como o volume de dinheiro em circulação é determinado endogenamente –, os detentores do poder de Estado podem influir até certo ponto em seu curso manipulando a taxa de juros.

Porém, o crédito não é demandado apenas para incrementar as atividades (produtivas e improdutivas) relacionadas ao crescimento econômico, mas também para atender a especulação financeira que surge no bojo do processo de acumulação como seu complemento indissociável. Ao lado das operações arriscadas de crédito, surgem também as operações fraudulentas. De um modo ou outro, conforme o encilhamento se expande, os elos da cadeia de endividamento se tornam cada vez mais frágeis, pois eles foram sendo construídos na expectativa de ganhos futuros, os quais não poderão se realizar ao todo. O resultado inevitável desse processo de progressiva inflação de uma bolha vem a ser o seu inevitável colapso em algum momento do futuro – quando esse momento chega e ela finalmente estoura, inicia-se então o processo de sua deflação. Durante o seu crescimento, por meio das conexões existentes entre os setores produtivo e financeiro, a bolha em formação estimula o próprio crescimento da economia. Quando estoura, começa o processo de desalavancagem das cadeias de dívidas, ou seja, a contração do montante de capital fictício acumulado desmesuradamente, o que passa a restringir mais ou menos fortemente a produção de mercadorias.

Note-se por meio da Figura 6 que, em 2008, a dívida subiu 30 por cento do PIB e que, em 2010, caiu em 20 por cento do PIB. O que aconteceu? Não há dúvida: após estouro da bolha, uma reversão de tendência espetacular ocorreu! Ao invés de subir, o endividamento privado passou a cair nos Estados Unidos. Quando, no cume do processo, os elos frágeis começaram a se romper em volume expressivo, o movimento depressivo teve início. Steve Keen, na tradição pós-keynesiana, descreveu do modo abaixo citado a situação enfrentada pela economia norte-americana no correr e depois de 2008. Para entender o seu comentário, veja-se que ele chama os “elos frágeis” das cadeias de crédito/débito que interligam as unidades do sistema econômico de “esquemas Ponzi”, associando-os às atividades especulativas.

Quando os esquemas Ponzi se rompem, a taxa de crescimento da dívida colapsa e o impulso da demanda, que era para cima devido ao aumento dos débitos, transforma-se em arrastão para baixo, porque agora ele é para baixo. Em todas as recessões após a II Guerra Mundial, o crescimento voltou depois que a

dívida total tornou a crescer relativamente ao PIB. Porém, a bolha que se observou recentemente elevou o montante da dívida para patamares nunca dantes observados na história; o seu estouro acionou uma reversão na alavancagem que tem a marca registrada da depressão (Keen, 2012).

Por que não ocorreu a “explosão atômica” na esfera monetária da economia mundial centrada nos Estados Unidos, tal como fora previsto por Robert Kurz?

Para Steve Keen, frente à situação posta pelo estouro da bolha, a economia norte-americana não poderia se recuperar enquanto um volume expressivo de dívidas não fosse devidamente liquidado, seja por meio de pagamentos seja por meio de cancelamentos dos montantes devidos: “enquanto transcorre a desalavancagem” – escreveu –, “o investimento das corporações norte-americanas será tímido – e, no melhor dos casos, faltará crescimento econômico” (Keen, 2012). Mesmo com base nessa visão sobre o rumo possível do processo econômico daí em diante, dado o grau de intervenção do Estado no funcionamento do capitalismo contemporâneo, é difícil pensar que a desalavancagem pudesse ser um evento rápido, descontrolado e catastrófico. Pois, em face da experiência histórica acumulada, os agentes do Estado burguês procuram evitar o efeito pior da chamada “deflação das dívidas”, qual seja ele, o crescimento das próprias dívidas em termos reais conforme caem os preços das mercadorias. Era de se esperar que esses agentes viessem a fazer todo o possível para sustentar o nível de preço ou até para fazê-lo crescer moderadamente, mesmo sendo incapazes de conter a queda do nível da atividade econômica durante certo período.

Entretanto, o que aconteceu foi muito mais do que isso. Diante do que foi classificado como “risco sistêmico”, o banco central norte-americano reduziu a taxa de juros a valores próximos de zero, ampliou as garantias dos depósitos e aplicações, criou um programa de resgate e suporte dos bancos privados em dificuldades. Na verdade, para evitar a deterioração dos balanços das empresas bancárias, assim como a falta de liquidez, programou e executou uma política de “afrouxamento quantitativo” (quantitative easing) por meio da qual forneceu dinheiro a baixo custo aos intermediários financeiros, aceitando como colaterais mesmo os títulos que já não valiam o que tinham valido antes do despertar da crise. Desse modo, ao dar uma solução temporária aos problemas sobrevividos de falta de liquidez e de deterioração dos balanços bancários, evitou o que se poderia chamar, mais adequadamente, de implosão em cascata do sistema financeiro norte-americano.

Porém, se a intervenção estatal principalmente por meio da política monetária – a qual foi completada com uma política tímida de gastos públicos – evitou a derrocada do sistema, ela impediu também que o processo da crise fizesse o serviço sujo de destruir maciçamente o capital fictício que havia se acumulado desmesuradamente durante os últimos 10 anos. Assim, após quatro anos do início da crise, o nível do endividamento privado se reduzira em apenas 10 por cento. Em consequência, o estoque da dívida acumulada continuou e continua pesando sobre as projeções de recuperação da economia norte-americana. Ademais, eventuais retomadas baseadas em exclusivo na volta do crescimento do endividamento deverão ter fôlego curto, podendo, ademais, originar novas bolhas.

É preciso notar que a experiência histórica da Crise de 1929 modificou o modo de comportamento do Estado em relação ao desempenho macroeconômico. Desde então, para evitar as recessões e as depressões, os agentes do Estado estão dispostos a usar a política monetária e a política fiscal, assim como também, eventualmente, as

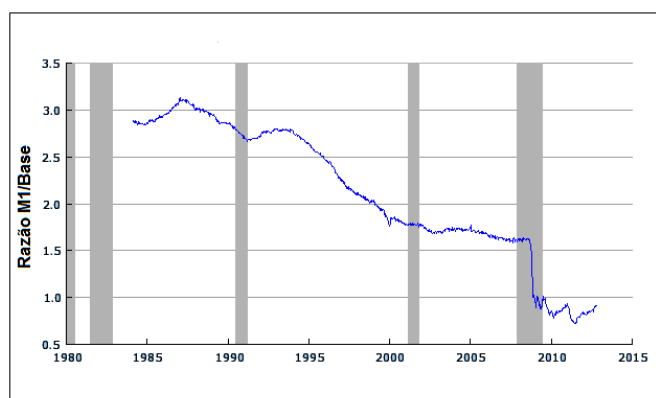
intervenções diretas em empresas chaves do sistema, não só para dar sustentação às conjunturas recessivas, mas também para conter o processo desencadeado pelo estouro de grandes bolhas financeiras. Foi isto o que aconteceu nos Estados Unidos na primeira década do século XXI. Como se sabe, a dívida privada nesse país, alimentada que fora pelo mercado de hipotecas securitizadas, crescera explosivamente e passara a conter “elos frágeis” em volume expressivo. Quando esse processo chegou ao fim, a ação do banco central norte-americano (FED) foi decisiva para controlar os piores efeitos do processo de desalavancagem da dívida privada que chegara a níveis insustentáveis, em 2008.

Como se sabe, durante todo o período da crise, de 2008 até o presente, as autoridades monetárias nos Estados Unidos seguiram uma orientação monetarista de intervenção econômica, a qual havia sido proposta por Milton Friedman a partir do estudo da depressão dos anos 30 do século XX. Segundo a doutrina liberal deste defensor da tirania Pinochet no Chile, é preciso privilegiar sempre a política monetária em detrimento da política fiscal no manejo da política econômica (na verdade, essa doutrina se enxerga como alternativa à doutrina keynesiana que dá ênfase aos gastos públicos). Nesse sentido, a política do banco central deve ser capaz de controlar a expansão ou a contração da base monetária em nível necessário e suficiente para evitar seja a inflação seja a deflação. Ao fazê-lo – sustenta no plano do discurso –, o próprio sistema econômico tende a resolver por si os seus problemas de ajustamento e de crescimento. Quando se investiga o que ocorreu na economia norte-americana entre 2008 e 2012, vê-se exatamente como funcionou a aplicação da teoria monetarista as condições prevaletentes no sistema econômico em crise.

A política monetária realizada parece ter sido capaz de conter a quebra do sistema, moderando ou mesmo impedindo a desalavancagem desastrosa das dívidas; porém, ela não parece ter sido apropriada para promover qualquer recuperação econômica e, menos ainda, a retomada sustentável do crescimento econômico. E a razão é óbvia. A recuperação econômica não depende da disponibilidade de crédito barato, mas sim, crucialmente, das perspectivas de obtenção de bons lucros. Ora, essas esperanças se encontravam e se encontram deprimidas principalmente devido à queda da taxa de lucro tal como esta é percebida pelas empresas e pelas corporações. Note-se que as prospecções sobre o desempenho futuro da economia norte-americana estiveram e ainda estão caracterizadas pelo pessimismo porque os planos de investimento não foram retomados. É por isso que a acumulação de capital não tomou fôlego mesmo estando o custo dos empréstimos bastante próximos de zero.

A combinação de afrouxamento monetário com a ausência de incentivos para investir em projetos que aumentem a eficiência ou expandam a capacidade produz o fenômeno que os economistas keynesianos erroneamente chamam de “armadilha de liquidez”. Erroneamente – diga-se aqui – porque se trata de um fenômeno monetário apenas na aparência; na verdade, a sua fonte é a baixa das expectativas de lucro em virtude da queda da taxa de lucro e do estancamento da expansão da massa de lucro. A Figura 7, abaixo postada, ilustra a ocorrência desse fenômeno na economia norte-americana, durante antes, durante e depois do estouro da bolha. O multiplicador monetário que vinha caindo moderadamente desde 1980, possivelmente devido ao uso cada vez maior do cartão de crédito, despencou de 2008 para 2010, permanecendo em nível menor do que 1 desde então. Isto significa que na atual conjuntura, um aumento da base produz apenas um aumento das reservas bancárias, sem que haja aumento dos empréstimos, não por falta de interesse em aventuras comerciais e financeiras, mas sim por falta de tomadores com bons projetos e capazes de fornecer as garantias esperadas.

Figura7
USA - Multiplicador Monetário – M1



Fonte: Federal Reserve Bank of St. Louis.

Nota: Áreas em cinza indicam recessões

Conclusão

As previsões de Robert Kurz não se realizaram. Não ocorreu nem um verdadeiro colapso na produção de mais-valia nem uma derrocada final do sistema financeiro globalizado. Os seus erros tem explicação. Ele se entusiasmou com o próprio discurso catastrofista e se descuidou do fato de que o capitalismo se tornara capitalismo de Estado ao longo do século XX. Isto, porém, não significa que o capitalismo possa olhar o seu próprio futuro com tranquilidade e otimismo. Ao invés de uma grande explosão, talvez ele esteja diante de um longo e persistente declínio... Também não estão eliminadas as possibilidades de crises nos processos produtivos e grandes perturbações monetárias...

Referências

- Keen, Steve – Economic growth, asset markets and the credit accelerator. In: *Real-world Economics Review*, 2011, nº 57.
- _____ – The crisis in 1000 words. In: blogue debtdeflation, 2012.
- Kurz, Robert – *A ascensão do dinheiro aos céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira mundial*. Fonte: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Sem data, 37 p.
- Gillman, Joseph M. *The falling rate of profit*. Londres: D. Dobson, 1957.
- Marx, Karl – *O capital – Crítica da Economia Política* (volume III, tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- Moseley, Fred – The rate of surplus value in the postwar US economy: A critique of Weisskopf's estimates. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 9(1), p. 57-79.
- _____ – The rate of profit and the future of capitalism. In: *Review of Radical Political Economics*, vol. 29 (4), 1997, p. 23-41.
- Paitaridis, Dimitris e Tsoulfidis, Lefteris – The growth of unproductive activities, the rate of profit, and the phase-change of the U. S. economy. In: *Review of Radical Political Economics*, vol. XX(X), 2011, p. 1-21.
- Shaikh, Anwar e Tonak, AE. Ahmet – *Measuring the wealth of nations: political economy of national account*. New York: Cambridge University Press, 1994.